
Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero

Maria Juracy Toneli Siqueira¹

Resumo

Este texto busca discutir alguns dos aspectos que, no século XX, engendraram a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho – formal e informal. Além disto, utilizando um recorte de gênero, busca mostrar como o mundo do trabalho é organizado e funciona de maneira desigual para homens e mulheres. Esta discussão reveste-se de importância posto que o universo do trabalho produtivo é historicamente associado aos homens e apenas recentemente as pesquisas nas áreas da Sociologia e da Psicologia do Trabalho vêm mostrando interesse pelos estudos de gênero.

Palavras-chave: trabalho da mulher; relações de gênero; contemporaneidade.

11

¹ Doutora em Psicologia. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (juracy@cfh.ufsc.br)

Women's work: a gender approach contributions

This article intends to discuss some of the aspects that in the XX century permit the women get in the in/formal work market. By a gender approach, it tries to demonstrate how the labor world organization and its dynamics is unequal for men and women. This discussion is important because the productive work universe is associate, social and historically, to men and only most recently the researches in the Work Sociology and Psychology demonstrate interest about the gender studies.

Key-words: women's work; gender relations; contemporary.

O tema proposto diz respeito a uma situação cada vez mais freqüente nos dias de hoje: mulheres que trabalham fora de seus lares. Segundo Castells (1999:170), a incorporação maciça das mulheres à força de trabalho remunerado é um dos elementos que abalou a família patriarcal, uma vez que aumentou o poder de barganha feminino no âmbito familiar ao colocar em questão o lugar do homem como provedor.

Os indicadores estatísticos demonstram, também, o aumento dos lares chefiados por mulheres que, no caso brasileiro, já correspondiam, em 2000, a 24,9% (IBGE, 2002)². Tomando por base os indicadores brasileiros, alguns aspectos chamam a atenção caracterizando uma situação de mudanças significativas no que diz respeito à vida das mulheres. Em 1990, as mulheres representavam 50,1% do total da população brasileira e 30,3% da mão de obra economicamente ativa. Entre 1970 e 1990, a população feminina economicamente ativa no Brasil cresceu da ordem de 113%. No entanto, 72,6% deste contingente concentravam-se no setor de serviços e o salário médio das mulheres correspondia a 65,5% do salário médio dos homens. A taxa de desemprego masculina, na época, correspondia a 4,9% e, a das mulheres, a 4,0% da população urbana brasileira. Ainda em 1990, no que diz respeito às matrículas no ensino superior, as mulheres já representavam 52% do total. Neste mesmo período, pode-se verificar que houve um decréscimo significativo do índice de fecundidade, que passou para uma média de 2,8 filhos por mulher, sendo que, na década de 50, esta média era de 6,2. O número de casamentos também decresceu, chegando a 6,7 por 1000 habitantes e, em contrapartida, aumentou o número de divórcios/separações e de uniões consensuais (IBGE, 1992). Em 2000, o rendimento nominal mensal médio das mulheres brasileiras chegava a R\$ 591,00 (mediano = R\$ 276,00).

² Os dados do Censo 2000 estão publicados na *home page* www.ibge.gov.br

Entre as mulheres responsáveis por domicílio, a média de anos de estudo chegava a 5,6 em 2000, representando uma variação de 1,2 em relação a 1991. Em contrapartida, a proporção de crianças de até seis anos residindo em domicílios chefiados por mulheres que têm renda mensal de até dois salários mínimos significava 56,9%.

Estes dados demonstram mudanças que vão além do trabalho feminino. Há alterações, também, nas organizações familiares que podem ser analisadas em suas relações com a ocupação do mercado de trabalho – formal ou informal – pelas mulheres, bem como com outros elementos decorrentes dos avanços das tecnologias contraceptivas, da consolidação dos direitos civis/políticos, do aumento do nível de escolaridade e da expectativa de vida das mulheres. Todo esse cenário sugere uma necessidade de se analisar as transformações do mundo do trabalho considerando-se a ótica das relações de gênero, uma vez que os aspectos mencionados aqui dizem respeito a certos ordenamentos da vida social que, simultaneamente, perpetuam e modificam as pautas tradicionais histórica e socialmente atribuídas ao feminino e ao masculino.

Tentarei organizar minha exposição, ainda que de forma não exaustiva, segundo alguns aspectos que considero fundamentais: gênero como categoria descritiva/analítica das relações sociais e, simultaneamente, fundante do sujeito; o caráter histórico e cultural das relações de gênero; as relações entre o público e o privado como esferas da vida social e do trabalho; o trabalho da mulher nestes contextos; e, finalmente, as transformações no mundo do trabalho e nas organizações familiares a partir de meados do século XX, assinalando alguns de seus determinantes e suas possíveis decorrências. Esta seqüência pareceu-me importante, uma vez que a categoria gênero, no meu entender, ainda não foi suficientemente incorporada às análises da área da Psicologia do Trabalho, assim como penso fundamental o esforço no sentido da contextualização da situação analisada.

Afinal, o que é gênero?

Gênero é uma categoria descritiva e analítica que trata da construção social da diferença entre os sexos. Concordando com Scott (1990), compreendo o gênero como uma construção social pautada por relações assimétricas, atravessadas por tramas de poder. Seus vetores de ação expressam-se tanto na constituição dos sujeitos quanto na organização da sociedade, como um modo de ordenamento/regulação das práticas sociais (Connell, 1995). Destacam-se nesse processo os fatores históricos aos quais remetem as relações de gênero, tais como o evento do patriarcado e sua função no controle da sexualidade feminina e da reprodução, uma vez que as relações de gênero mantêm intensidades específicas em tempos e espaços diversos. As assimetrias de gênero consistem em diferenciações, de tal modo que as tarefas atribuídas a homens e mulheres não guardam a mesma proporção e não são comparáveis. Neste sentido, a utilização desta categoria, vale dizer, resulta da tentativa de se romper com o olhar essencialista que naturaliza a condição de masculinidade/feminilidade, bem como de problematizar o ordenamento dicotômico de mundo, baseado em uma epistemologia binária, característica da modernidade. Deste modo, pode-se dizer que o gênero é um sistema de significados, um conjunto de efeitos produzidos sobre os corpos, os comportamentos, as relações sociais e, simultaneamente, é um aparato semiótico, um sistema de representações/significações que atribui significado aos indivíduos na rede social (De Lauretis, 1987).

Do ponto de vista histórico, a categoria gênero não apenas substituiu o conceito de papel sexual, entendendo que este guarda um viés biologicista que naturaliza o masculino e o feminino aderidos à anatomia de forma inalienável. O que os estudos de gênero vêm demonstrando é que o gênero pode ser entendido como uma metáfora que opera simbolicamente, constituindo sujeitos/subjetividades e ordenando suas práticas. Por outro lado, estes mesmos sujeitos modelam as definições, prescrições e normas para as relações de gênero em um complexo processo dialético de constituição. Pode-se afirmar, portanto, que os ordenamentos

de gênero variam de acordo com os grupos culturais e com o tempo histórico. Apesar desta variabilidade, entretanto, essas relações são estabelecidas, na maioria das vezes, com um caráter hierárquico e desigual, no qual o ponto de referência, em geral, é o masculino. Com isto não pretendo afirmar que, invariavelmente, os homens detêm o poder e subjugam as mulheres. Masculino e feminino não são sinônimos de homem e mulher e, muito menos, de macho e fêmea, embora, no senso comum, estas confusões tenham sido estabelecidas. Metáfora estruturante e estruturada no campo simbólico da cultura, embora apoiada nas "diferenças percebidas entre os sexos", conforme o define Joan Scott (1990:14), gênero também é uma forma de relação de poder que se constitui histórica e socialmente e que, não necessariamente, está "colada" ao sexo biológico.

A simbolização cultural das diferenças anatômicas toma forma em um conjunto de práticas, discursos e representações sociais que funcionam como agenciamentos de subjetivação, ou seja, produzem sujeitos em função de seu sexo, assim como produzem categorias sociais: homens e mulheres, que ocupam lugares distintos na hierarquia social (Fuller, 1997). Ademais, diferentemente da condição de classe, étnica, profissional, dentre outros registros de identificação social, a condição de gênero pode ser considerada fundante do sujeito, uma vez que já nascemos classificados em uma categoria sexual que, por sua vez, constitui o corpo em feminino, masculino ou desviante.

Todos os desdobramentos do grande campo das pesquisas de gênero apontam que o gênero não guarda uma relação simples e unívoca com a sexualidade e o desejo. A sexualidade humana, nos tempos contemporâneos, é polimorfa, plástica, desvinculada do casamento, da família, da heterossexualidade e da expressão sexual e do desejo (Castells, 1999; Giddens, 1993). A afirmação da sexualidade e da homossexualidade de homens e mulheres de forma eletiva promove, cada vez mais, a separação entre o desejo e a família, implodindo as concepções tradicionais neste campo e transformando a sexualidade em propriedade do indivíduo (Giddens, 1993:193). Para além da complexidade da sexualidade, como se apresenta nos dias de hoje, as relações de gênero estão presentes e ordenam toda a vida humana, desde os

recônditos da intimidade até a esfera da política e das grandes decisões sobre os rumos da humanidade.

Como categoria descritiva, gênero permite descrever as relações sociais em suas estruturações e seus funcionamentos e, como categoria analítica, permite analisar estas relações de forma contextualizada. Nesse sentido, é possível pensar em um avanço na direção de análises localizadas, não passíveis de generalização em si mesmas e, ao mesmo tempo, não substancializadas em um sujeito universal, embora se possa identificar alguns elementos que atravessam as relações de gênero, como a desigualdade e a subordinação das mulheres. Tal compreensão traz implicações importantes para o campo da Psicologia que se viu, historicamente, dividido entre a busca deste sujeito universal e o isolamento do sujeito individual encapsulado em si mesmo.

Público e privado: dimensões da vida social e do trabalho organizadas segundo padrões de gênero

A adoção das categorias público e privado como demarcadoras de territórios da vida social é quase que unânime. Embora se possa novamente apontar o risco da bipolaridade simplificadora, trata-se de conceitos que permitem explicar, em especial, o ordenamento social moderno. Ou seja, como as relações sociais se organizaram a partir das transformações epistêmicas, tecnológicas, políticas, econômicas e sociais ocorridas mediante a égide da Razão, da Ciência e, fundamentalmente, do Homem, como centros do saber, de onde e para onde convergiam todas as questões importantes da modernidade. Estas transformações foram consolidadas com o advento da Revolução Industrial e da revolução burguesa. Adota-se, a partir de então, o modelo da família conjugal, nuclear, monogâmica, mantenedora da ordem e dos valores morais necessários ao projeto burguês de sociedade.

Neste contexto, a divisão sexual do trabalho passa a operar de maneira sistemática. O homem é visto como o trabalhador,

uma vez que sua atividade é desenvolvida no âmbito público da empresa, fábrica, ou outra organização produtiva que extrapole os limites do lar. É sua atividade neste âmbito que deveria prover o sustento da família por ele chefiada e representada na esfera pública do trabalho e da política. Já a mulher passa a ser representada como a "rainha do lar", cuidadora da casa e dos filhos, sendo sua atividade responsável por reproduzir não apenas a força de trabalho em geral, mas determinados tipos de sujeitos simbolicamente adequados aos lugares sociais a eles designados. A partir do momento em que a casa deixou de ser o lugar da produção, esta separação tornou-se cada vez mais visível no mundo moderno.

Situando a questão da condição feminina no contexto da sociedade de classes, Stolke (1980) sugere que, embora o controle da sexualidade seja a raiz da subordinação das mulheres, este controle, na sociedade burguesa, é determinado pelo papel da família na reprodução da desigualdade de classes. Uma das justificativas para a perpetuação da condição privilegiada da classe dominante centrava-se na transmissão hereditária das características biológicas superiores. Para tanto, garantia-se a reprodução biológica intraclasse, o que implicava o controle da sexualidade das mulheres e seu isolamento social e reclusão doméstica. No entanto, como este procedimento entrava em choque com a ideologia liberal de igualdade, era fundamental associar as mulheres à maternidade como sua única e exclusiva função social. A maternidade, definida social e cientificamente como natural, não requer habilidades e conhecimentos específicos, e encontraria sua compensação no trabalho doméstico, inferior e invisível. De acordo com Stolke (id.), com efeito, expressar as relações sociais em termos biológicos é um mecanismo ideológico para tornar fatos que são sociais, naturais. E, deste modo, imutáveis.

É uma construção arbitrária do biológico, de seus usos e funções, que dá um fundamento "natural" à divisão do trabalho sexual e à divisão sexual do trabalho. É assim que o sistema de oposições fundamentais, acentuado com a Revolução Industrial, continua a circunscrever o masculino e o feminino, organizados em torno das dicotomias interior/exterior; a casa/a rua, a educação

de crianças/o trabalho produtivo, entre outras. Setores protegidos criaram-se no interior do mundo do trabalho e, com eles, os chamados "guetos profissionais". Neste sentido, por exemplo, as atividades profissionais que engendram tarefas relacionadas ao "cuidar de", permanecem eminentemente "femininas". Este é o caso, certamente, da educação e, em especial, da educação de crianças. Para Bourdieu (1995; 1996), existe uma certa constância das estruturas simbólicas sobre as quais se sustentam nossas representações da divisão do trabalho entre os sexos. Tal divisão existe não apenas na materialidade das práticas mas, sobretudo, nas "mentes" das pessoas, ou seja, nas estruturas mentais que organizam a percepção das objetividades materiais: é exatamente aí que reside sua eficácia.

A subordinação da reprodução à produção, com efeito, reflete-se na tendência mundial, durante o século XX, de aumento da interferência do Estado na esfera da reprodução muito mais no que diz respeito à regulamentação da fecundidade, do aborto, do casamento, do divórcio, entre outros aspectos, do que no apoio à reprodução de qualidade da força de trabalho na sociedade como um todo. Pode-se dizer, por outro lado, que, embora a ideologia da maternidade e da domesticidade se mantenha proeminente na sociedade contemporânea, condições materiais de ordens diversas impulsionaram as mulheres para a esfera da produção. Nesse sentido, é importante analisar até que ponto o trabalho formal das mulheres significa um avanço em seu processo de transformação da condição de opressão e subordinação.

Na realidade, mais uma vez, é preciso contextualizar os sujeitos e evitar generalizações equivocadas. A vida de homens e mulheres reais é díspar e ordenada segundo uma multiplicidade de elementos e condições que variam enormemente de acordo, entre outros aspectos, com os valores, as representações, as condições materiais de existência, a origem de classe, as tradições religiosas, as redes de relações sociais nas quais estão imersos.

O trabalho da mulher e a mulher no mundo do trabalho

A incorporação expressiva das mulheres no mercado de trabalho – formal e/ou informal – é uma das mudanças mais significativas que os países latino-americanos têm experimentado nos últimos anos (Valdes & Gomariz, 1995). Nos países considerados “desenvolvidos” ocorreu antes esta incorporação. A partir da década de 70 do século passado, essa tem sido uma das características mais destacadas do processo de urbanização da região. Em trinta anos, o número de mulheres economicamente ativas triplicou, enquanto que o número de homens nessa condição não chegou a duplicar (id.). Apesar desta intensa participação, em contrapartida, observa-se que há ainda uma territorialização do trabalho feminino, correspondente a uma divisão sexual do trabalho, tanto na esfera privada quanto na pública, bem como uma desigualdade expressiva, entre os sexos, no que se refere à remuneração pelo exercício da mesma função (Antunes, 1999). A ótica relacional de gênero é promissora no sentido de superar os limites do dimorfismo sexual, possibilitando a compreensão de situações que são modeladas a partir das diferenças cultural e historicamente construídas como desigualdades. A articulação de categorias como classe, raça, gênero e geração, por sua vez, é fundamental para o avanço das análises não apenas no campo do trabalho, uma vez que as relações sociais e as subjetividades são atravessadas por registros dessas ordens.

No início da década de 90, foi realizado, em São Roque (SP), o seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas, organizado pela Fundação Carlos Chagas, com o apoio da Fundação Ford. As duas fundações, já no final da década de 70, organizaram em parceria concursos de financiamento de pesquisas na área dos estudos sobre a mulher. Data daquela época a institucionalização de Grupos de Trabalho em associações acadêmicas, como a ABA³, a ANPOCS⁴ e a ABEP⁵, bem como a

³ Associação Brasileira de Antropologia.

⁴ Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais.

⁵ Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

organização de núcleos interdisciplinares de estudo e pesquisa sobre mulher e gênero nas principais universidades brasileiras. É importante ressaltar que, dentre estes grupos, em 1979, foi criado o GT – Grupo de Trabalho Mulher na Força de Trabalho, na ANPOCS.

Observa-se, neste período, uma efervescência de trabalhos sobre a mulher a partir de diferentes óticas e em diferentes situações e, paralelamente, a incorporação de novos eixos de interesse e análise. Um vasto campo acadêmico configura uma estrutura de caráter interdisciplinar e fundamentado na categoria gênero. Em 1992, foi publicada a coletânea de trabalhos resultantes do seminário de São Roque, sob o título “Uma Questão de Gênero” (Costa & Bruschini, 1992), marcando um balanço da produção em áreas distintas como a educação e o trabalho. Se, no Brasil, a década de 70 destacou-se por um impulso no movimento feminista militante, na década de 80, os trabalhos acadêmicos ganham intensidade, trazendo novas questões para o centro das discussões. As chamadas correntes pós-estruturalistas tiveram um papel importante nestes debates nos quais se discutia a tese da universalidade do feminismo clássico. Uma discussão que apontava para a necessidade da explicitação das diferenças culturais, da desconstrução dos universalismos, da superação dos equívocos dos estudos sobre e por mulheres, enfim, questões que não se limitavam ao âmbito dos estudos de gênero mas que, atravessando o campo, permitiam a este novos contornos analíticos.

Em 1969, Saffioti, em um trabalho pioneiro, já problematizava a questão da inserção da mulher no mercado de trabalho. Analisando toda a produção do GT Mulher na Força de Trabalho, da ANPOCS, apresentados de 1979 a 1989, Lavinias & Castro (1992) identificam temáticas que se destacam como: a divisão social e sexual do trabalho - em especial no setor industrial, a participação feminina no mercado de trabalho, o trabalho doméstico, a legislação trabalhista e as lutas das trabalhadoras. Diferentes metodologias e recortes analíticos marcaram esta produção. Entretanto, pode-se afirmar que toda ela aponta a acentuação das desigualdades salariais entre os sexos, a segregação ocupacional das mulheres, a discriminação no plano

dos direitos sociais, a generalização da dupla jornada de trabalho, principalmente nos setores populares, mais a dupla discriminação que sofrem as mulheres negras trabalhadoras e o aumento de famílias chefiadas por mulheres. Estas constatações apoiam-se em indicadores demográficos, que, no caso brasileiro, advêm especialmente das pesquisas censitárias sob a responsabilidade do IBGE.

Um dos grandes méritos de todo este esforço está em tornar visível o fato de que a compra e a venda da força de trabalho são sexuadas, que há especificidades no grande bojo da sociedade de classes, bem como nas relações de dominação e de exploração. Mesmo dentre os pesquisadores de tradição marxista, a subordinação feminina no trabalho subsumia-se à de classe e a ótica do trabalho era constituída a partir da ótica do trabalhador do sexo masculino. A divisão produção-reprodução, neste caso, pouco ajuda o avanço da compreensão da relação gênero-trabalho, uma vez que se apoia novamente no dimorfismo sexual que, por sua vez, consolida a ordem social tradicional naturalizada a partir do olhar biológico. Neste sentido, por exemplo, o trabalho doméstico não-assalariado, exercido pelas mulheres ainda hoje, precisa ser incorporado analiticamente, uma vez que sem esse trabalho as condições de reprodução do sistema capitalista estariam comprometidas (Antunes, 1999: 108-109). Hirata (1992) propõe o alargamento do conceito de trabalho de forma a incluir o trabalho doméstico e assalariado, remunerado e não remunerado, formal e informal. Esta redefinição, segundo a pesquisadora, teria a vantagem de poder dar visibilidade ao lugar estratégico que o trabalho ainda ocupa nas sociedades contemporâneas, a despeito do retraimento do emprego assalariado e das transformações no mundo do trabalho em geral.

As pesquisas demográficas, por sua vez, se fornecem indicadores importantes para a caracterização da situação ocupacional das mulheres, também se mostram insuficientes por não abordarem alguns aspectos importantes como os motivos e as negociações que o trabalho das mulheres engendra no âmbito privado. Há indicadores que mostram que as mulheres com filhos, por exemplo, são aquelas que mais se submetem à precarização

do trabalho e à jornada parcial (Castells, 1999).

Até muito recentemente, o trabalho das mulheres, no Brasil, era visto como complementar na sustentação da família, mesmo que seu salário fosse maior que o dos homens e que estivesse presente desde o início do processo de industrialização no país. As próprias mulheres concebiam o seu trabalho como secundário ou complementar. O que trouxe como conseqüência seu caráter intermitente, em geral em atividades de baixa qualificação e baixa remuneração. No entanto, houve uma crescente, acelerada e contínua incorporação das mulheres no mercado de trabalho formal. Esta tendência vem ocorrendo em outros países da América Latina (Nash, 1985; Safa, 1987) em decorrência, entre outros aspectos, do empobrecimento geral da população e da conseqüente degradação das condições de vida que, por outro lado, colocam em questão o papel masculino como único provedor da família. Outra hipótese explicativa refere-se a uma possível mudança nos valores relativos ao trabalho feminino, o que poderia apontar uma provável irreversibilidade do fenômeno (Hirata *apud* Lavinias e Castro, 1992).

Como já se mencionou anteriormente, esta inserção, no entanto, continua se dando de forma diferenciada da masculina. A força de trabalho feminina foi particularmente atingida pelo processo de terceirização da economia, concretizado pelo subemprego em atividades de baixa produtividade, baixa remuneração e baixo prestígio (Barroso, 1982). Os setores que mais absorveram a mão-de-obra feminina em 1985 foram a prestação de serviços (32,1%), o setor social (17,1%), o setor agrícola (18,47%), a indústria de transformação (11,6%) e o comércio de mercadorias (10,4%), sendo os dois primeiros caracterizados pela preponderância de mulheres (Médici, 1989). No setor social, por exemplo, que corresponde às atividades da saúde e da educação, a participação das mulheres era de 73%. Este mesmo estudo de Médici demonstra que a atividade feminina é marcada por um refluxo no período de maior cuidado e educação dos filhos e pelo regime de tempo parcial, também associado às tarefas domésticas e aos cuidados com a prole. O contingente feminino que trabalha em período integral, por sua vez, não se vê isento da dupla jornada de trabalho (Barroso,

1982; Lavinás & Castro, 1992).

Esta relação do trabalho feminino na esfera produtiva com o trabalho na esfera da reprodução mantém-se tão presente que, entre os critérios das possíveis escolhas de ramo, turno e jornada de trabalho, estão aqueles que permitem a conciliação com o cuidado da casa e dos filhos. A proximidade entre a casa e o local de trabalho, por exemplo, parece ser um fator determinante na escolha, mesmo em detrimento do salário e da progressão funcional (Machado-Neto, 1987). Para Hirata (*apud* Lavinás & Castro; 1992), o ciclo de vida como explicação desta situação, no entanto, não é suficiente. Cumpre incluir aqui as relações homem-mulher no interior do casal e a importância do salário feminino para a sustentação do grupo familiar. Há que se acrescentar ainda, o número crescente de mulheres chefes de família que, em 1989, correspondiam a 20,1% das famílias e, em 2000, a 24,9% (IBGE, 2002). As mulheres nesta situação, como apontam Valdes & Gomariz (1995), são as mais pobres entre as pobres, encontrando-se, em sua maioria, no norte do país, mas distribuídas em todas as camadas sociais e regiões do mundo.

24

Globalização, as novas tecnologias do trabalho e gênero

As reestruturações produtivas, e as mudanças no mercado e na organização do trabalho que elas acarretam, no contexto atual de globalização da economia, raramente têm sido analisadas a partir da ótica do gênero. Entretanto, seus impactos variam significativamente conforme o sexo da mão-de-obra. As decorrências dessas mudanças estruturais também não são as mesmas nos países do Norte e do Sul. Embora fenômenos como a recessão econômica, o desemprego e a precarização social atinjam a todos, não repercutem da mesma forma. Os processos históricos de constituição das sociedades civis e de seus atores, dos Estados e de suas instituições, bem como a inserção diferenciada dos países na divisão internacional do trabalho encarregam-se das enormes diferenças entre os mundos do trabalho existentes (Hirata, 1992; Antunes, 1999; Castells, 1999).

O processo de internacionalização do capital tende a acirrar a diversidade das situações de trabalho, de emprego e de formas de inserção das mulheres e homens dos hemisférios sul e norte. A difusão de um novo conceito de produção e/ou de um novo modelo de especialização flexível do trabalho, leva a uma outra maneira de pensar a divisão do trabalho e concepção do trabalhador. No entanto, a penetração deste novo modelo varia significativamente de um setor para outro, de país para país, em função de sua inscrição na economia mundial e segundo o gênero da mão-de-obra. No caso da América Latina, por exemplo, estas diferenças são visíveis e descritas por Valdes & Gomariz (1995), em estudo comparativo entre indicadores de vários países. Castells (1999), por sua vez, leva em conta indicadores de regiões geopoliticamente distintas, mostrando que, no que diz respeito à situação das mulheres, a despeito das diferenças encontradas, pode-se identificar aspectos coincidentes como o aumento expressivo da mão de obra feminina no mercado de trabalho, com expediente integral, em especial no setor de serviços.

Pode-se afirmar, segundo Hirata (1997), que as inovações organizacionais e tecnológicas promovem um certo rompimento com os modelos tayloristas e fordistas, incidindo, sobretudo, sobre as grandes empresas do setor dinâmico e sobre o contingente de trabalhadores qualificados do sexo masculino. Em contrapartida, a mão-de-obra feminina continua a ser controlada segundo modalidades tayloristas de organização do trabalho. Embora as atividades que exigem iniciativa, responsabilidade e conhecimento técnico tenham sido abertas às mulheres, elas encontram-se em número ainda muito reduzido nesses setores. As divisões internas à mão-de-obra de produção e a discriminação da força de trabalho por gênero continuam acentuadas no novo modelo organizacional.

As taxas de atividade masculina estagnaram ou decresceram no processo de concorrência entre os sexos pelo emprego assalariado. As taxas femininas tendem a crescer mesmo durante a crise nos países industrializados. Todavia, houve um crescimento simultâneo da precariedade do emprego, seja pelo aumento do trabalho precário – parcial e/ou sem carteira assinada –, seja pelo aumento do trabalho informal (Castells, 1999).

25

A idéia de que nos novos modelos produtivos eliminam-se as tarefas monótonas e repetitivas é apenas parcialmente verdadeira, posto que, embora se eliminando algumas tarefas, novas formas são criadas com o mesmo caráter em todos os setores do trabalho formal. Pollert (1996), citada por Antunes (1999), a partir de sua pesquisa em uma fábrica de alimentos na Inglaterra, mostra como a presença das mulheres é mais restrita às áreas rotinizadas, que muitas vezes se sustentam através do trabalho manual. Os homens, em contrapartida, estão alocados nas áreas cujas atividades incluem o manejo de máquinas avançadas e conhecimentos técnicos mais sofisticados. A esta mesma conclusão já havia chegado Hirata (1992), em seu estudo comparativo entre Japão, França e Brasil. Esclarece a autora que, a despeito de diferenças identificadas entre os três países, a organização do trabalho e a política de gestão de mão-de-obra eram diferenciadas segundo o sexo.

Todas estas questões sugerem que as situações dos/as trabalhadores/as não podem ser explicadas apenas pela relação capital-trabalho. A dupla jornada de trabalho das mulheres mantém-se praticamente inalterada, uma vez que a despeito de seu trabalho extradoméstico, a divisão sexual do trabalho na família vem sendo perpetuada, sem que haja uma redistribuição de responsabilidades neste âmbito. Neste sentido, a inclusão de elementos explicativos oriundos da esfera extraprofissional - tais como a atribuição diferenciada das tarefas domésticas, o ciclo de vida, as correlações de força e poder entre os sexos nas empresas, na família e na sociedade - parece indispensável para que se possa compreender as diferenças e as desigualdades neste campo.

Finalizando: sobre as implicações do trabalho extradoméstico das mulheres

O trabalho das mulheres no âmbito extradoméstico parece um fenômeno irreversível, inclusive porque sempre esteve presente na história humana, embora em dimensões sem precedentes como na nossa época. Se, por um lado, possibilita

novos campos de atuação/formação/realização para uma certa população feminina, não encontra uma contrapartida mais igualitária no que diz respeito à distribuição das tarefas no âmbito privado, o que, fatalmente, redundará na dupla jornada de trabalho. Além disso, como já mencionado, o mundo do trabalho produtivo também mantém-se organizado de forma desigual, segundo as relações de gênero. Por outro lado, pode-se identificar nos dias atuais a ascensão das mulheres a postos e lugares sociais antes inimagináveis e, ao mesmo tempo, um enorme contingente de mulheres ainda analfabetas, oprimidas, sobrevivendo em condições também inimagináveis.

No que diz respeito ao universo ocidental, urbano, branco, de camadas médias, ou seja, um universo bastante específico e influenciado pelas idéias da Psicologia em geral, algumas mudanças vêm mobilizando os modelos tradicionais de família, conjugalidade e divisão sexual do trabalho (Giddens, 1993; Castells, 1999).

Ao mesmo tempo, é possível observar também uma série de transformações da vida social que não se restringem ao trabalho extradoméstico da mulher. As tecnologias contraceptivas e reprodutivas, o aumento significativo do nível de escolaridade das mulheres, o aumento do desemprego e do nível de pauperização em escala mundial, abalando o tradicional lugar dos homens de provedores da família, as novas organizações familiares (incluindo as famílias monoparentais, bem como as famílias de gays e lésbicas), o movimento feminista do século XX, são elementos que colocam em questão os modelos tradicionais até então perpetuados. Mais uma vez, insisto, é importante lembrar que essas transformações incidem sobre os sujeitos e os grupos sociais de maneira diversificada. Generalizar seus impactos é, portanto, impossível.

Falar dos determinantes e das decorrências do trabalho extradoméstico das mulheres sem considerar estes elementos em seu contexto é um equívoco. De quais mulheres estamos falando? Mesmo no contexto ocidental e urbano, o trabalho de uma mulher como empregada doméstica, chefe de família, mãe de três filhos, tem impactos bastante diferenciados do trabalho de outra mulher que atue como empresária, ganhe bem e conte

com uma rede eficiente de apoio em casa ou na escola. Neste caso, a articulação entre classe social e gênero mostra-se fundamental (Antunes, 1999; Saffioti, 1992).

Se estamos falando de camadas médias e/ou elites intelectualizadas, então estamos falando de sujeitos homens e mulheres que, segundo pesquisas indicam, têm buscado a constituição de relações conjugais, familiares e sociais diferentes daquelas que se vinha cultivando até hoje. Em pauta, nesse universo, estão as discussões sobre as novas conjugalidades, as novas famílias, as novas paternidades, os novos homens e as novas mulheres. Um universo social particularmente atravessado pela ideologia que o francês Louis Dumont (2000) chamou de individualismo moderno, ou seja, na qual o indivíduo (seu desejo, prazer, projeto de vida) é englobante, preponderante sobre os demais, sobre os outros. É neste contexto, por exemplo, que se incluem os números cada vez maiores de uniões consensuais e separações conjugais. É aí também que, perplexos, constatamos um número crescente de crianças estressadas por uma agenda abarrotada de atividades que visam torná-las indivíduos mais competitivos e com melhores chances de colocação no mercado globalizado.

Se as novas conjugalidades, famílias, paternidades, feminilidades e masculinidades propiciarem uma vida mais digna e justa para todos, então é nessa direção que devemos envidar nossos esforços. Penso que estas questões devam ser discutidas. Mais do que nos preocuparmos sobre os determinantes e as decorrências genéricas do trabalho extradoméstico das mulheres, devemos nos perguntar sob que condições ele é realizado e em nome do quê, que tipo de sociedade estamos gestando e para quê. Para além da Psicologia pensada de forma a-crítica e a-histórica, que a sua seja uma contribuição para uma ética das relações sociais e familiares, superando os moralismos tradicionais e as grandes desigualdades que marcam todos os domínios da vida humana.

Referências

- ANTUNES, R.
Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BARROSO, C.
Mulher, Sociedade e Estado no Brasil. São Paulo: UNICEF/Brasiliense, 1982.
- CASTELLS, M.
O Poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CONNELL, R.
La organización social de la masculinidad. Em VALDÉS, T. e OLAVARRIA, J. (Orgs.). *Masculinidades*. Santiago/Chile: FLACSO, 1995, pp. 31-48.
- COSTA, A. & BRUSCHINI, C. (Org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- DE LAURETIS, T.
Technologies of gender. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- DUMONT, L.
O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- FULLER, N.
Identities masculinas. Lima: Pontificia Universidad Católica del Peru, 1997.
- GIDDENS, A.
As transformações da intimidade: sexualidade, amor & erotismo. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- HIRATA, H.
Notes sur les apports d'une problématique en termes de rapports sociaux de classe et de sexes (et/ou de division sociale et sexuelle du travail) a ma recherche. Em APPAY, B., KERGOAT, D., LANGEVIN, A. e VERGNAUD, G. (Orgs.). *Rapports Sociaux de Sexe. Une Journée de Discussion* (pp. 19-22). Paris: GEDISST/IRESCO/CNRS, 1992.
- Globalização, trabalho e tecnologias: uma perspectiva de gênero. *8º Encontro Internacional Mulher e Saúde. Documento Final*. Rio de Janeiro: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 1997, pp. 25-28.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Anuário Estatístico do Brasil: 1992*, v. 52. Rio de Janeiro: Autor, 1992.
- LAVINAS, L. & CASTRO, M. G.
Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. Em COSTA, A. & BRUSCHINI, C. (Orgs.) *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, pp. 216-251.

MACHADO-NETO, Z.

A força de trabalho da mulher no espaço do bairro. *Caderno do NEIM*, n.4, 1997, pp. 08-16.

MÉDICI, A. C.

Mulher Brasileira: muito prazer. Em LABRA, E. (Org.) *Mulher, Saúde e Sociedade no Brasil*. Petrópolis: Vozes/Rio de Janeiro: Abrasco, 1989, pp. 71-118.

NASH, J.

A decade of research on women in Latin America. Em NASH, J. e SAFA, H. (Orgs.) *Women and Change in Latin America*. Philadelphia: Bergin & Carvey, 1985, pp. 3-21.

SAFA, H.

Women and change in Latin America. Inaugural lecture. Utrecht, Faculty of Social Sciences, University of Utrecht. Texto não publicado, 1987.

SAFFIOTI, H. P. I. B.

Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias. Araraquara, F.F.C.L. de Araraquara. Texto não publicado, 1969.

Rearticulando gênero e classe social. Em COSTA A. O. & BRUSCHINI, C. (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, pp. 183-215.

SCOTT, J.

Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16 n.2), 1990, pp. 5-22.

STOLKE, V.

Mulheres e trabalho. *Estudos CEBRAP* n.26, 1980.

VALDES, T. & GOMARIZ, E.

(Coords.) *Mujeres latinoamericanas en cifras. Tomo Comparativo*. Santiago: FLACSO, 1995.